



Fundação Universidade Federal do ABC

Pró reitoria de pesquisa

Av. dos Estados, 5001, Santa Terezinha, Santo André/SP, CEP 09210-580

Bloco L, 3ºAndar, Fone (11) 3356-7617

iniciacao@ufabc.edu.br

Projeto de Iniciação Científica submetido
para avaliação no Edital: 04/2022 -
PIC/PIBIC/ PIBITI/PIBIC-AF

Título do projeto: O desenvolvimento e a desigualdade de gênero desde a perspectiva das pessoas trans: um debate à luz da Cepal

Palavras-chave do projeto: CEPAL; Desenvolvimento; pessoas trans; políticas públicas.

Área do conhecimento do projeto: Economia; Estudos de gênero; Políticas Públicas.

Resumo

Este Projeto busca investigar a eficiência da CEPAL através de seus trabalhos recentes e levantar o debate se a Comissão está se empenhando em analisar a discussão acerca da desigualdade de gênero, para além da discussão centrada na sociedade cisgênero e voltada para mulheres e homens expostos à margem da social.

Sumário

	Resumo p. 3
I.	Introdução e Justificativa p. 5
II.	Objetivos p. 6
III.	Hipótese p. 7
IV.	Metodologia p. 7
V.	Cronograma p.7
VI.	Referências p. 8

I. Introdução e Justificativa

A fundação da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) tem embasamento nos princípios do estruturalismo latino-americano, apresentados artigos publicados por Prebisch no final da década de 1940 e início da década de 1950, em um momento propenso ao debate sobre as estratégias de desenvolvimento disponíveis para a periferia.

Essa necessidade era advinda de um contexto de pós-crise de 1929, intensificado no pós segunda guerra, em que surge o termo para economias com defasagem estrutural em termos de industrialização e/ou sofisticação produtiva, passam a ser denominadas como subdesenvolvidas. Em suas considerações, Prebisch destaca os antecedentes históricos como causa da relação “centro-periferia”(RODRÍGUEZ, 2009). Nesse contexto, a Comissão foi fundada em 1948 com princípios voltados para fortalecer o mercado interno e o desenvolvimento latino-americano e do Caribe. É uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas e sua sede é localizada em Santiago, Chile (CEPAL, 2012).

A CEPAL desde o primórdio de sua fundação tem dentre seus principais objetivos proporcionar a igualdade e o desenvolvimento da economia latino-americana. Assim, para alcançar os seus objetivos a organização estabelece que é necessário difundir o desenvolvimento de capacidades, o progresso técnico, plena oportunidade de trabalho e o acesso universal a serviços e redes de proteção social (CEPAL, 2012). E além disso, define a igualdade como:

“(…)uma condição da cidadania, de caráter normativo no campo dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. Requer uma ordem democrática deliberativa, com a plena participação e voz dos mais diversos atores, e do papel central do Estado como avalista destes direitos, com suas conseqüentes tarefas em matéria de promoção, redistribuição, regulação e fiscalização. (CEPAL, p. 5, 2012).”

Destaca-se no papel central dessa discussão os pactos sociais que permitam o crescimento econômico de forma sustentada e que possa abranger a sociedade como um todo. Na busca do aprofundamento da inclusão, e do enfrentamento das desigualdades como motor do desenvolvimento, a CEPAL, desde sua fundação, contribui para o avanço do debate. Mais

recentemente, inclusive, passou a abordar em seus relatórios (CEPAL, 2018; CEPAL, 2019), a questão da desigualdade de gênero, colocando a busca pela igualdade de gênero como fator central para o alçamento ao desenvolvimento.

A desigualdade de gênero é uma questão sensível e, na América Latina, adquire contornos ainda preocupantes. Em um último relatório da CEPAL a participação da mulher em relação ao homem no mercado de trabalho no Brasil foi de 27.7%, enquanto no resto do continente a média é de cerca de 40% no ano de 2017. Além disso, a participação feminina no setor de comércio exterior é de somente 11.8% na América Latina (CEPAL, 2021).

A ausência de políticas públicas voltadas especialmente para pessoas trans, contribui sobremaneira para esse quadro. Segundo a ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) cerca de 90% da população trans e travesti está inserida em mercado de trabalho informal, melhor, na prostituição devido à falta de escolaridade e não especialização (ANTRA, p. 18, 2018). Também, há a estimativa de que 82% das pessoas trans e/ou travestis deixem a escola devido ao preconceito, segundo a Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil. Com intuito de diminuir a desigualdade e promover a inserção no mercado de trabalho, houve a criação do projeto Transempregos que já inseriu até 2021, 707 pessoas trans e travestis no mercado formal de trabalho.

Feita essa breve contextualização, esse projeto tem como foco investigar relatórios recentes da CEPAL que versam sobre a desigualdade de gênero, com o intuito de analisar se e em que medida a reflexão sobre a desigualdade de gênero alcança a profundidade requerida para refletir sobre questões concernentes às pessoas trans na América Latina.

Ressalte-se, por fim, que o projeto de pesquisa será realizado no âmbito do Núcleo de Estudos de Gênero da UFABC, do qual faz parte a orientadora do projeto.

II. Objetivos

Objetivo geral: identificar o alcance do debate sobre gênero e desenvolvimento no que concerne às pessoas trans

Objetivos específicos:

1. analisar a relação entre gênero e desenvolvimento;

2. avaliar a disponibilidade de políticas públicas voltadas às pessoas trans na América Latina

III. Hipótese

Através da revisão de relatórios da CEPAL, ANTRA e artigos visa-se comprovar a invisibilidade da comunidade trans no debate socioeconômico no contexto da América Latina e Caribe. E também, comprovar a ineficiência do Estado em atribuir políticas voltadas para a inclusão dessas pessoas através do pensamento desenvolvimentista.

IV. Metodologia

O projeto parte de uma investigação bibliográfica, para entender a relação entre gênero e desenvolvimento. Para tal, serão consultadas autoras como: “De Moura, 2015”, “Pedra; Rodrigues; Silva; Souza, 2019,” “Oliveira; Toneli; Vázquez, 2019”, “Leal; Oliveira, 2020” e “Antra, 2018”. Essa é a parte I da pesquisa.

A parte II da pesquisa se voltará para o levantamento e leitura crítica de relatórios recentes da Cepal que versam sobre o tema desigualdade de gênero e desenvolvimento.

A parte III investigará a disponibilidade e alcance de políticas públicas voltadas às pessoas trans na América Latina.

Serão consultadas bases de dados relacionadas a ANTRA e CEPAL disponíveis em <https://antrabrasil.org/> e <https://www.cepal.org/pt-br>.

V. Cronograma

1. Elaboração e entrega do trabalho parcial
 - a. Revisão sistemática da literatura
 - b. Elaboração do trabalho parcial
 - c. Entrega do trabalho parcial
2. Elaboração do trabalho final
 - a. Revisão sistemática da literatura
 - b. Elaboração do trabalho final

3. Entrega do relatório final
 - a. Revisão sistemática da literatura
 - b. Elaboração do trabalho final
 - c. Revisão final
 - d. Entrega do trabalho final

Etapa	Mês											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
1.a				X	X							
1.b				X	X							
1.c						X						
2.a							X	X	X	X		
2.b							X	X	X	X		
3.a											X	X
3.b											X	X
3.c												X
3.d	X											

VI. Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017**. 2018a. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2018.

_____. **Já são 86 pessoas trans assassinadas apenas no primeiro semestre de 2018**. 2018b. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2018/07/01/sao-86-pessoas-trans-assassinadas-no-primeiro-semester-de-2018/>. Acesso em: 27 nov. 2018.

Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). **La autonomía de las mujeres em escenarios económicos cambiantes** (LC/CRM.14/3), Santiago, 2019.

_____. **Mujeres afrodescendientes en América Latina y el Caribe: Deudas de igualdad. Documentos de Proyectos** (LC/TS.2018/33), Santiago, 2018a.

_____. **La ineficiencia de la desigualdad. (LC/SES.37/3-P)**, Santiago, 2018b. Cap. 1.

_____. **El comercio internacional: ¿un medio para una recuperación con igualdad de género?**, Santiago, 2021.

MOURA, R. G. de. **Políticas Públicas Como Ferramenta De Equidade Entre (Trans) Gêneros No Mundo Do Trabalho**. Cadernos UniFOA, Volta Redonda, v. 10, n. 29, p. 77–87, 2015. DOI: 10.47385/cadunifoa.v10.n29.366. Disponível em: <https://revistas.unifoa.edu.br/cadernos/article/view/366>. Acesso em: 23 jun. 2022.

OLIVEIRA, BRENDHON & LEAL, CARLA. (2020). **O direito à identidade de gênero e políticas públicas de trabalho: pela garantia do mínimo existencial para a população trans no Brasil**.

PEDRA, C. B.; SOUZA, E. C.; RODRIGUES, R. V. A.; SILVA, T. S. A. **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INSERÇÃO SOCIAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA “TRANSCIDADANIA”**. Revista de Ciências do Estado, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, 2018. DOI: 10.35699/2525-8036.2018.5091. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revise/article/view/5091>. Acesso em: 23 jun. 2022.

VÁZQUEZ, CLAUDIA & TONELI, MARIA & DE OLIVEIRA, JOÃO MANUEL. (2019). **Necropolítica, políticas públicas interseccionales y ciudadanía trans**. 10.22355/exaequo.2019.40.09.